

A Antropologia pelas lentes dos materiais didáticos: a construção teórica e prática a partir da educação¹

Andréa Lúcia da Silva de Paiva
UFF/Campos dos Goytacazes/RJ

Palavras-chaves: Antropologia e Educação - Material Didático – Ensino de Sociologia

Introdução

Nós temos que fazer o futuro juntos, para nós mesmos. No entanto, isso só pode ser alcançado através do diálogo. A antropologia existe para expandir o escopo desse diálogo: para ter uma conversa sobre a própria vida. No entanto, não se pode dizer o mesmo da educação? A educação não compartilha as mesmas características definidoras de generosidade, abertura, comparação e criticidade? Não tem ela também o mesmo objetivo de garantir a continuidade da vida [...] (INGOLD, 2020, p. 86)

A Antropologia vem se firmando em diferentes frentes no campo profissional. Não obstante seu papel universitário é preciso também se perguntar a respeito de sua entrada na educação básica, sobretudo no Ensino Médio, a partir do ensino de Sociologia.

No Brasil, a inserção da Sociologia nesta área educacional foi capaz de trazer algumas interrogações que permanecem até hoje: a inserção da disciplina na educação básica, inicialmente, antes da criação das universidades de Ciências Sociais a partir da década de 30. Contudo, o que podemos extrair deste processo? Quais são os pontos de aproximações e distanciamentos da Antropologia, ao longo deste processo frente à educação? Como, através da Antropologia da Educação, podemos trazer o debate em questão na área do ensino?

Diante desta discussão, a prática educativa e os estágios, somado aos programas de formação docente como ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica vêm contribuir para repensar, teoricamente, o status da disciplina no Brasil pelo viés educacional.

Outro fator que assume uma relevância quanto à arte de ensinar e aprender Antropologia via educacional está nas análises dos materiais didáticos. É sobre eles que o presente trabalho centra maior destaque. Pensar nestes documentos, sobretudo, a partir de um novo contexto social apresentado com o Novo Ensino Médio e com a

¹ “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.”

implementação da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em curso no presente ano de 2022, nos sinaliza momentos de desafios e perspectivas. Neste conjunto, onde e como a Antropologia vem se posicionando em suas reflexões e contribuições educacionais? Neste atual contexto, há alguns fatores que precisam ser apresentados e problematizados. Dentre eles, podemos apontar: 1- A problematização da Sociologia escolar não mais como disciplinas, mas como estudos e práticas. Há de se pensar melhor sobre estas duas categorias: como serão efetivadas enquanto teoria e prática; 2 – A segunda questão se refere à inserção de uma nova área de estudos, as Ciências Humanas e sociais aplicadas, que aparece como uma espécie de “substituta” das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Neste sentido, nos dois pontos apresentados, vale analisar qual é o lugar que os conteúdos da Antropologia passam a ocupar juntamente com a Sociologia escolar. Como teorias, temas e conceitos estão sendo representados (ou ressignificados)? Como ela se encontra entre o campo da teoria e prática e como tais mudanças impactam na teorização sobre a Antropologia da/e/com Educação? Neste sentido, analisar e descrever materiais didáticos no atual contexto contribuem para pensar a identidade teórica e prática da Antropologia enquanto ciência escolar.

Contextualizando o lugar da Antropologia da Educação no Brasil

O diálogo entre Antropologia e educação não dispõe de uma data específica, contudo, o que pretendemos trazer são alguns contextos a partir de autores da área que vêm pensando a respeito desta relação. Pretende-se pensar a educação como objeto de estudos por parte dos antropólogos visando, assim, reflexões de sua inserção na Sociologia do Ensino Médio. Interessa para nós compreendermos como o conhecimento antropológico (em sua essência prática) vai à escola a partir dos materiais didáticos. Em outras palavras, como a Antropologia se faz presente no campo educacional a partir dos materiais didáticos como os livros aprovados pelo PNLD.

Inicialmente, para a presente reflexão, é preciso situar e apontar sobre o contexto de inserção dos trabalhos de antropólogos que integram a classificação de autores clássicos: Franz Boas, Ruth Benedict e Margareth Mead. A partir destes três autores, situamos a discussão da relação entre Antropologia e educação, de forma mais intensa, nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX.

Franz Boas em sua obra *A mente do ser humano primitivo* (2010) publicada pela primeira vez em 1911, critica o evolucionismo, o determinismo geográfico e econômico. Ao trazer como marco científico o relativismo cultural, estabelece normas para o trabalho de campo. Iniciando a discussão sobre o conceito de raça e cultura analisa que “não existe uma diferença fundamental nos modos de pensar do ser humano primitivo e do civilizado” (BOAS, 2010, p.7). Para o autor, a educação está relacionada a uma herança cultural e não biológica. Desdobrando a respeito, em suas análises sobre Boas e a educação, Pereira (2011, p. 101) analisa que:

A educação é para Boas uma espécie de adestramento que molda o indivíduo para desempenhar funções e reagir conforme foi educado. Por exemplo, uma criança indígena criada num grande centro urbano por uma família branca, cercada de facilidades e de avanços tecnológicos, quando adulta, dificilmente desenvolverá habilidades com arco e flecha, com a caça e a pesca e demais costumes das que permaneceram na sua tribo origem. Ela terá outras habilidades que seus descendentes não tiveram oportunidade de adquirir, como por exemplo, a facilidade com equipamento tecnológico, entre outras. O que não quer dizer que seja superior ou inferior uma da outra, mas que são culturalmente distintas e que foram educadas distintamente, tornando-se, assim, desiguais enquanto conhecimento, mas semelhantes enquanto potência mental. (PEREIRA, 2011, p. 112)

Ao trazer as contribuições de Boas para educação, Rocha e Tosta (2017, p. 77) destacam a importância da educação, mas aponta um dilema apresentado pelo autor, a da não visibilidade da temática: “a educação não é menos importante, porém é menos visível”. Apontam que para o Boas, o conhecimento sobre a educação e a criança tende a possibilitar uma organização da cultura o que traria benefícios à sociedade moderna e democrática cabendo “aos antropólogos apreender os significados e os conhecimentos que as crianças de diferentes idades portam com fins à formulação de métodos educacionais (ROCHA e TOSTA, 2017, p. 84).

Margareth Mead e Ruth Benedict, por influência de Boas, centram nos aspectos culturais entre sociedades e permitem trazer reflexões sobre crianças e adolescentes pensando a relação entre educação e tradição. Se para Benedict a sociedade configura por padrões de personalidades presentes nas relações entre crianças e adultos frente a uma personagem ideal, por sua vez, para Mead, há uma padronização dos costumes que visa, consequentemente, a preservação da tradição.

Em sua obra *Cultural Patterns and Technical Change* (GLADWIN, 1955), Mead se preocupa em apontar a responsabilidade de educar os outros povos, ensina-lhes as

técnicas sobre os hábitos de higiene profiláticos (como o hábito de ferver a água) o eu lhe rendeu também algumas críticas. Procura maneiras de educar os jovens tentando reduzir seus problemas e ao mesmo tempo preservando sua individualidade, baseando no aprendizado em Samoa.

Utilizando do método comparativo para apontar diferenças e proximidades sobre a educação da sociedade norte-americana frente às “tribos” classificadas como “primitivas” (Samoanos, Arapesh, Mundugumor, Tchambuli e Manus) Mead analisa que é pela educação que existe a possibilidade de observar a existência de padrões de comportamento norteadores do crescimento e desenvolvimento de um dado povo. Sua proposta era contribuir para pensar a educação do seu próprio país, mas também trazer contribuições e trocas a respeito. Visava compreender os comportamentos entre crianças e adultos, sobretudo à luz das teorias da Antropologia cultural. Contudo, como aponta Vieira (2019):

Benedict foi menos proeminente nos estudos com crianças e, principalmente, nas relações adulto-criança, mas que, todavia, contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito *patterns* (MEAD, 1979) e a transmissão de costumes entre adultos e crianças. (VIEIRA, 2019, p. 128)

Dentre os estudos vinculados à escola de Cultura e Personalidade, na obra *Padrões de Cultura*, Benedict traz elementos de como as culturas aderem os comportamentos humanos. Em sua obra *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa* (2006), a autora centra nos estudos sobre o desenvolvimento da personalidade das crianças da cultura japonesa fatora, em suas análises, faz um contraponto com a cultura americana. Para a antropóloga, a educação pode moldar os indivíduos conforme aquilo que ele acredita. É neste sentido que cultura e personalidade se estreitam enquanto marcas, formam personalidades das crianças pelas diferenças culturais.

Podemos identificar em sua obra *Padrões de Cultura* (2013), o debate que a autora centra entre a educação e a relação adulto-criança diante da adaptação aos padrões e critérios tradicionalmente transmitidos de uma geração para outra na realidade social em que vivem. O indivíduo, ao nascer, vai moldando suas experiências e comportamento.

Desde o nascimento do indivíduo, os costumes da sociedade em que ele nasce moldam sua experiência e seu comportamento. Quando aprende a falar, ele é a pequena criatura de sua cultura, e quando se torna adulto e pode participar das atividades dela, os hábitos, as crenças e as impossibilidades dessa cultura são também os hábitos, as crenças e as impossibilidades dele. Toda criança que nasce no grupo desse indivíduo há de compartilhar tais hábitos, crenças e impossibilidades, e nenhuma

criança nascida num grupo no lado oposto do mundo poderá adquirir sequer a milésima parte deles. Não há problema social que nos caiba compreender mais do que este do papel do costume (BENEDICT, 2013, p. 14).

Por sua vez, no contexto brasileiro, é no final do século XIX que podemos observar um diálogo entre a Antropologia e Educação (LOUREIRO 2007) no Brasil. Há um conjunto de autores que vem se dedicando à temática. É importante destacar também o avanço da relação entre a Antropologia e Educação em eventos científicos a partir da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Encontro Estadual de Ensino de Sociologia (ENSOC), para citar alguns.

Neste conjunto analisada pela Antropologia e Educação, destaca-se também a preocupação metodológica. A obra *Etnografia e Educação* (2009) organizada pelas autoras Carmem Mattos e Helena Fontoura centra na contribuição da metodologia etnográfica para a educação a partir de diversas temáticas tais como fracasso escolar, práticas de ensino, educação especial, violência e a relação professor e aluno. As pesquisas apresentadas têm como objetivo contribuir para pensar a etnografia no processo de ensino-aprendizagem e como “urgência” em trazer “novas referências teórico-epistemológico-metodológico” (MATTOS, 2009, p. 11)².

A observação participante vem sendo de extrema importância utilizada também nos estudos sobre educação. Cabe ao observador participante um conjunto de registros das relações e ações sociais realizadas no ambiente escolar e no ensino-aprendizagem visto que “Praticar a observação participante, então, é juntar-se à correspondência com aqueles entre os quais estudamos” (INGOLD, 2020, p. 91):

Observar significa observar o que está acontecendo ao redor e, claro, ouvir e sentir também. Participar significa fazê-lo de dentro da atividade atual em que você leva uma vida conjunta e junto com as pessoas e coisas que capturaram sua atenção. (INGOLS, 2020, 87).

² A autora descrever três pesquisas desenvolvidas ao longo de duas décadas (1989 a 2007) em escolas da rede pública do Rio de Janeiro centrando no fracasso escolar de alunos classificados como multirrepentes no ensino fundamental. De um total de 49 jovens estudantes analisados da primeira pesquisa realizada entre 1989 a 1992 realizada em duas escolas (uma localizada na zona rural e outra no município do Rio de Janeiro), 19 morreram vítimas da violência analisando que um dos pontos “mais generalizáveis nesse trabalho é que o ‘fracasso escolar mata’” (MATTOS, 2009, p. 25).

Contudo, é importante destacar a crítica de Tim Ingold ao pensar a etnografia na educação. O autor nos coloca diante de um novo pensar a respeito desta temática de estudo. Inicialmente, sua crítica inicia de forma conceitual. O autor não emprega o termo Antropologia e Educação, mas Antropologia e/ou como educação, já marcando suas críticas. Em um segundo momento, para o autor, é possível substituir a palavra “etnografia” por “educação” uma vez que insiste na antropologia como uma prática da educação:

[...] Na verdade, eu acredito que há motivos para substituir a palavra “etnografia” por “educação” como o objetivo mais fundamental da antropologia. Não pretendo com isso dar um impulso a esse subcampo minoritário, injustamente negligenciado, conhecido como antropologia da educação. Eu quero insistir, antes, na antropologia como uma prática da educação. É uma prática dedicada ao que o antropólogo Kenelm Burridge chamou de *metanoia*: “uma série contínua de transformações, cada uma das quais altera os predicados do ser”. Isto, claro, é apenas outra maneira de reformular o “princípio do hábito” de Dewey, segundo o qual “toda experiência promulgada e sofrida modifica quem age e sofre”. Embora Burridge argumente que *metanoia* é o objetivo da etnografia, em minha opinião, descreve muito mais apropriadamente o objetivo da educação. Jackson, em seu próprio trabalho, oferece um bom exemplo. Grande parte da pesquisa antropológica de Jackson foi realizada entre os Kuranko no oeste da África, em Serra Leoa. Este país, ele reconhece: “me transformou moldando a pessoa que sou agora e a antropologia que faço”. Exatamente: mas, é por isso que, em minha opinião, a antropologia que ele faz é uma prática da educação e não da etnografia. [...] (INGOLS, 2020, 89-90).

Estes debates da Antropologia *da/na/para/e/ou* educação nos permite uma observação que as unem: ao refletirmos sobre o problema educacional estamos refletindo sobre o problema do homem. Como descreve Geertz, “o relato inteligente do que é o homem, tem permeado todo o pensamento científico sobre a cultura desde então.” (GEERTZ, 2008, p. 25) e este pensar não é dissociado de cultura visto que ele que é um animal amarrado em suas teias de significados como já analisava o autor sob à luz weberina:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação (GEERTZ, 2008, p. 4).

A análise do autor contribui para pensarmos o homem em seu conjunto simbólico enquanto uma das contribuições da Antropologia aos estudos da educação frente às análises e descrições sobre a ação dos seus agentes envolvidos: docentes, discentes, diretores, familiares e comunidades. Neste sentido, a contribuição do autor amplia a definição até então apresentada por Mead e Benedict, por exemplo ao trazer novas propostas sobre o conceito de cultura como um mecanismo de controle atribuindo novo sentido ao simbolismo.

Na tentativa de lançar tal integração do lado antropológico e alcançar, assim, uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos e padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas") — para governar o comportamento. A segunda ideia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento (GEERTZ, 2008, P. 32-33).

Gestos, rituais, as trocas estão presentes na relação com o(s) outro(s) como formas de experimentar os limites da possibilidade de encontro e como forma de compreendê-lo(s) uma vez que identidades não podem ser compreendidas sem os conceitos de alteridade e diversidade. A respeito, Christoph Wulf desperta atenção para dois aspectos centrais em seus estudos sobre Antropologia e Educação:

Em cada indivíduo, o nexos único da alteridade e da identidade, que resulta da diversidade de contextos de vida, de constelações existenciais e de biografias;

A historicidade do universo de si e do universo do outro, assim como a historicidade de sua relação (WULF, 2005, p. 163).

Complementando esta discussão, ao ampliar o debate sobre a Antropologia e Educação, Neusa Gusmão (1997) também traz para o debate uma abordagem cultural a partir de conceitos-chaves que a Antropologia e a Educação têm se defrontado tais como a noção de gênero. Mas, há um ponto central neste conjunto: situar que o campo da Antropologia e educação constitui um “campo de confrontação” onde se atribui a primeira a condição de ciência e, a segunda, a condição de prática. Neste balaio de acusações e

divergências onde há profissionais das duas áreas que se acusam e fazem um jogo de defesa conforme em pré-noções, reducionismo e muito desconhecimento como analisa a autora, é preciso buscar ressaltar o que há de comum e de diferente em ambas as áreas partindo de um diálogo que possibilite superar os preconceitos e avançar no conhecimento:

O diálogo entre antropologia e educação, percebido por muitos como uma "novidade" que se instaura com as transformações da década de 1970, neste século, é mais antigo que isso e reporta-se a um momento crucial da história da ciência antropológica. No âmbito deste artigo, não se poderá dar conta da totalidade dessa história; pretende-se, no entanto, chamar a atenção para alguns pontos fundamentais. Antes de mais nada, é necessário que se adentre no pensamento antropológico, em suas bases epistemológicas como ciência e como ciência aplicada, com seus alinhamentos teóricos, avanços e limites. Aqui parece residir a importância do passado para nosso presente, pois somente nesse percurso parece ser possível vencer uma certa instrumentalização da antropologia pela educação, propiciadora de muitos equívocos, e onde, certamente, se terá, como ganho, a superação de estigmas e preconceitos que grassam de ambos os lados dessa fronteira ou desse divisor de águas - a antropologia como ciência, a pedagogia como prática (GUSMÃO, 1997, n.p)³.

Segundo Gusmão (1997), o diálogo entre Antropologia e Educação é antigo visto que o pioneirismo destas interlocução relatado na obra de Galli (1993) mostra que já no final do século XIX, a Antropologia apontava tentativas de compreensões entre cultura, infância e adolescência valendo destacar também que a antropologia já participava de processos de revisão curriculares. Ao citar trecho do texto de Nicolau Scevcenko, publicado pela Folha de São Paulo, em 1985, a respeito do contato cultural entre europeus e indígenas nas Américas, a autora reflete a importância da antropologia enquanto ciência a importância de discussão acerca dos conceitos de relativismo cultural, etnocentrismo, alteridade junto a importância de debate dos conceitos acerca do relativismo cultural. Enfim, podemos apontar que a autora traz uma rica uma discussão acerca do cerne da essência da Antropologia e, conseqüentemente, sua contribuição para o estudo educacional: o homem e sua cultura.

Por sua vez, Dauster em Um diálogo sobre as relações entre etnografia, cultura e educação – representações e práticas (2007) busca destacar a importância da Antropologia para a prática do ensino apontando que a mesma contribui para a não prática

³ [SciELO - Brasil - Antropologia e educação: Origens de um diálogo Antropologia e educação: Origens de um diálogo.](#)

etnocêntrica e preconceituosas acerca do outro. Apostando na importância e reconhecimento da diversidade cultural, aponta a importância da Antropologia para a construção de indivíduos críticos às realidades sociais na qual vivem. É nesta ação que Antropologia e Educação podem somar e atribuir novos sentidos às trocas de aprendizagem entre docentes e discentes.

No Brasil, não podemos deixar de citarmos as descrições a respeito da educação nos estudos de comunidades. Ao longo da minha graduação em meados da década de 90, no IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizei pesquisas no Núcleo da Sociologia da Cultura sob a coordenação das professoras Glacia Villas-Bôas, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Ana Maria Galano e dos professores José Reginaldo Santos Gonçalves e Marco Antônio Gonçalves. Com base na Sociologia e Antropologia, tive os meus contatos com os estudos de comunidades: inicialmente, por Oracy Nogueira passando depois para a trajetória e obra do sociólogo alemão Emilio Willems.

Os estudos de comunidades realizavam o levantamento de dados sobre uma determinada vida social no seu conjunto abrangendo assim: economia, festividades, educação, densidade demográfica, espaço, festividades, política, lazer, por exemplos. Dentre alguns estudos de comunidades podemos apontar as obras (publicadas): Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil (1947) de Emílio Willems; Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos (1948) de Lucila Herrmann e a obra de Donald Pierson, Cruz das Almas, a brazilian village (1951).

Em outras palavras, podemos dizer que os estudos de comunidades surgiam como solução metodológica, mas também como compreensão da realidade enquanto aspecto teórico.

Josildeth Gomes Consorte em sua escrita *Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo*, apresentado na mesa “O singular e o universal nos estudos de comunidades na IV Jornada de Ciências Sociais: Jornada de Estudos Octavio Ianni, Marília: UNESP, São Paulo, 1992. Quanto ao que se esperava acerca dos estudos de comunidade, segundo Consorte (1992):

Do ponto de vista prática, esperava-se que tais estudos permitissem que o trabalho dos técnicos que atuavam nessas comunidades – o agrônomo, o médico (especialmente o sanitário), o educador, dentre outros-ganhasse mais eficiência, não apenas pelo conhecimento, mas aprofundado e minucioso que lhes proporcionava sobre a realidade social e cultural em que atuavam como pela sugestão que, implicitamente, lhes fazia de uma ação coordenada e cooperativa.[...] Grande parte dos estudos de comunidades resultavam de projetos governamentais para a intervenção na vida das pequenas comunidades.

A autora questiona sobre o desaparecimento dos estudos de comunidades (que teve como pioneiros no Brasil o alemão Emilio Willems e o norte americano Donald Pierson) que descreviam pequenas unidades de vida social contribuindo para a formação das Ciências Sociais, sobretudo nos anos de 1945 a 1960, época de suas realizações. O que teria provocado o desaparecimento radical deste estudo? O que levou a sua ascensão na década de 50 e seu declínio na década de 60?

Mas, o que podemos extrair destes estudos para a Antropologia? Descrições e reflexões sobre como os cientistas sociais (nacionais ou estrangeiros) contribuíram para pensar a educação. Para tal, seria relevante uma nova pesquisa a qual considero de extrema importância visto que possibilitaria trazer a memória acerca da educação na primeira metade do século XX no Brasil em um contexto de criação e formação do curso de Ciências Sociais na década de 30 e o destaque para o contexto de surgimento dos estudos de comunidades em seu contexto intelectual em que foram produzidos e os debates que originaram, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960 focando na forma como materializa a educação em sua descrição, recursos didáticos e relação com o conjunto da vida social. Estas ações permitirão também pensar se há ou não e como o lugar da Antropologia frente à educação no Brasil.

Reflexões sobre a Antropologia no Novo Ensino Médio a partir dos livros didáticos

O fato é que se no discurso da prática de pesquisa sobre Antropologia da Educação dispomos de reflexões metodológicas para a prática de pesquisa, no ensino de Sociologia a Antropologia adentra também para ilustrar, exemplificar e somar ao aprendizado.

O presente trabalho é resultante de primeiras reflexões de uma pesquisa recente que venho desenvolvendo sobre materiais didáticos intitulada “Os sentidos da Sociologia Escolar brasileira a partir dos livros didáticos”. O projeto visa analisar e descrever os livros didáticos e o ensino de Sociologia. Reflexos de contextos históricos e sociais, eles contribuem para problematizar os currículos e definirem os objetivos educacionais a serem alcançados. Partimos da identificação dos livros didáticos como objeto de pesquisa, produto cultural, mercadoria, coleção, dádiva, suporte de conhecimento, metodologia, valores ideológicos e cultural. Utilizaremos a observação, descrição e

análise comparativa de algumas obras aprovadas pelo Plano Nacional de Livro Didático (PNLD).

Martins e Klein (2020), no artigo *O livro didático e sua (sub) utilização: possibilidades em tempos de pandemia*, analisa a trajetória dos livros didáticos mais utilizado no Brasil. Marcado por decretos e leis, o Plano Nacional de Livro Didático (PNLD), o decreto n. 9.099/2017 tem como objetivo a distribuição gratuita de materiais didáticos para as escolas públicas do Brasil garantindo que este recurso seja um dos principais entre os discentes matriculados nestas instituições⁴.

Podemos observar estas ações em livros didáticos como meios para observarmos suas contribuições enquanto recursos dentro do contexto socioeducativo. Dentre os conceitos que versam está em identificar a contribuição de antropólogos ao conhecimento acerca do relativismo cultural, etnocentrismo, raça e etnia, diversidade cultural, identidades, estudos comparativos, etnocentrismo, para citarmos alguns. Estamos diante da contribuição da Antropologia à educação no aspecto teórico-metodológico.

Em 2011, a Resolução nº 60/2009 se volta para a confirmação da distribuição de livros didáticos de Inglês, espanhol, Sociologia e Filosofia inserindo estas 4 disciplinas na distribuição de livros didáticos entre os estudantes. Sendo assim, em 2012, acerca dos livros didáticos de Sociologia dispomos de apenas duas obras aprovadas: *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (2010), coordenado por Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros; e *Sociologia para o Ensino Médio* (2007), de Nelson Dacio Tomazi.

Sendo assim, já em 2018, listamos já aprovação do PNLD as obras: *Sociologia* (Editora Scipione), *Sociologia Hoje* (Editora Ática), *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (Editora do Brasil), *Sociologia em Movimento* (Editora Moderna) e *Sociologia Para Jovens do Século XXI* (Imperial Novo Milênio).

Em 2019 a prática do Novo Ensino Médio em conjunto com a BNCC já se faz presente. O PNLD 2021, seguindo o PNLD 2019 (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e do PNLD 2020 (Anos finais do Ensino Fundamental), surge com o objetivo de “promover o desenvolvimento das competências gerais, competências

⁴ Talvez valesse um breve histórico acerca dos livros didáticos a ser desenvolvido em uma outra escrita. No ano de 1808 o material didático a ser utilizado eram cartilhas originárias de Portugal. É no ano de 1880, 72 anos depois, durante o Segundo Reinado (1840 a 1889) que ocorre incentivo à produção de livros escolares. Percebe-se no período do Brasil República, um incentivo dos livros didáticos focado no conhecimento científico.

específicas e habilidades definidas pela BNCC (...)”⁵. Passamos a dispor de livros interdisciplinares (ciências-História-Geografia) como descreve o Guia Digital do PNLD

Em momentos de incertezas sobre o Novo Ensino Médio e a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, aprovada em 2018⁶, buscamos refletir sobre os livros como materialidade, simbólica e como produto de uma política pública. Visamos como resultados a problematização das escolhas e apresentações dos temas, teorias e conceitos frente à escolha por uma área (a Sociologia, Antropologia ou a Ciência Política) ou pela atual (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

No momento, o projeto conta com duas etapas: levantamento de todos os livros de Sociologia para o Ensino Médio que foram aprovados pelo PNLD.

Neste sentido, a pesquisa decorre fazendo um levantamento das editoras frente as obras que trazem a nova classificação de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que se apresentam com 84 livros aprovados pelo PNLD no ano de 2021, a saber, até o momento dispomos das seguintes editoras: Moderna, Ática, FTD, SM, Saraiva Educação, Scipione, AjS e Palavras Projetos Editoriais⁷. Importante destacar que os livros passam a compor seis volumes, dois a cada ano.

Com a colaboração de duas bolsistas da graduação em Ciências Sociais, a análise destes materiais didáticos está sendo feito visto formulário google com base em perguntas abertas e fechadas e que versam sobre: os organizadores, formação profissional, apoio financeiro, conceitos abordados, citação de autores das Ciências Sociais e as referências bibliográficas, para citarmos alguns.

Mas, a pesquisa surge também na prática docente em sala de aula a partir da disciplina Pesquisa e Prática Educativa II (onde se concentra também o estágio) e na disciplina de Prática Educativa I e II do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. A respeito destas duas últimas disciplinas, se na primeira o foco centra no conteúdo da sociologia escolar (histórico, resoluções, leis, intermitência, acrescida da discussão sobre o meio ambiente), na segunda introduzimos o debate entre a antropologia e educação. Contudo, são nestas disciplinas que venho, desde a pandemia, fazendo análises junto aos estudantes e docentes sobre o material didático no Rio de Janeiro, em especial, no Município de Campos dos Goytacazes.

⁵ [Guia pnld 2021 didatico apresentacao \(ufal.br\)](http://Guia_pnld_2021_didatico_apresentacao.ufal.br)

⁶ [BNCC EnsinoMedio embaixa site 110518.pdf \(mec.gov.br\)](http://BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf(mec.gov.br)). Acesso em 22 de janeiro de 2019.

⁷ [Guia Digital - PNLD \(ufal.br\)](http://Guia_Digital_-_PNLD(ufal.br))

Ao logo do estágio foi apresentado aos estudantes os livros didáticos aprovados pelo PNLD em 2018 assim como os recursos didáticos da nova modalidade do Ensino Médio. Os professores de Sociologia, por sua vez, já se encontravam às voltas com as disciplinas: projeto de vida, empreendedorismo e demais projetos. Em Campos dos Goytacazes, o primeiro ano do Ensino Médio não dispõem mais da disciplina de Sociologia. Na implementação da BNCC em seu espaço passou-se a vigorar este novo quadro didático. A partir de 2023, segundo os docentes, a Sociologia não será mais ofertada no segundo ano e de forma sequencial, em 2024, não mais constará no ano de 2024. Contudo, recentemente, narram que a partir do próximo ano não mais terá a disciplina no segundo ano, relato este que ainda necessita ser pesquisado.

Visamos fazer uma análise crítica dos presentes livros didáticos buscando pensar contribuições para o campo de ensino-aprendizado na licenciatura de Ciências Sociais: como ressignificar os conteúdos em uma nova modelagem apresentada? Como realizar práticas pedagógicas frente a não obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, mas sua presença enquanto “estudos e práticas” mediante a Lei nº 13.415/2017; como construir e contribuir para os estudantes a elaboração de um plano de aula problematizador frente as novas abordagens? Em outras palavras: como criar campos de possibilidades a partir dos projetos (como o projeto de vida e os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) que se façam presentes no espaço escolar como transmissão de conhecimentos permitindo um pensar crítico do discente ao pensar a sociedade em que ele vive? Mas, é importante descrever também: quais instituições financeiras estão no apoio destas obras, qual formação dos autores, como identificamos as Ciências Sociais/Sociologia nos livros didáticos produzido para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, quais referências, autores, teorias, temas e conceitos estão presentes e se apresentam citados ou não no decorrer da obra.

Os livros didáticos trazem conflitos em diferentes esferas como a preocupação entre a Sociologia acadêmica versus a Sociologia escolar. A partir do momento que os livros aprovados se apresentam na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos dá entender que substituímos o processo dúvidas e desafios anteriores. Ou seja, em vez de pensarmos de forma crítica questões que nos acompanhavam nas obras didáticas de Sociologia e sobre as quais estávamos em processos de amadurecimento intelectual, voltamos agora a preocupação em identificar se as Ciências Sociais/Sociologia se encontram presente (e como) no campo didático enquanto estudos e práticas

Mas, como a Antropologia se faz presente nesta análise? Ao iniciar a pesquisa acima deparamos com conceitos cruciais e ricos à Antropologia

Após observações, chegamos ao ponto de nosso objeto central: pensar a Antropologia e Educação pelo material didático. Neste sentido, a cultura aparece novamente com um conceito de extrema importância para pensarmos as interações sociais, a herança cultural que versa acerca de docentes e discentes no universo escolar assim como elemento central para compreendermos as práticas humanas. Soma-se também, as relações raciais, étnicas, econômicas, cultural, a alteridade, etnocentrismo, relativismo cultural, diversidade social e cultural presentes em obras anteriores da Sociologia no Ensino Médio aprovadas pelo PNLD 2018.

Contudo, é preciso observar que há materiais didáticos aprovados pelo PNLD 2021 que trazem os aspectos culturais que tendem a exigir do professor um preparo das Ciências Sociais que não é citado nas obras sob pena do docente e discente não caírem em um senso comum.

Ao longo dos estágios supervisionado da Licenciatura em Ciências Sociais vivenciamos dois momentos frente a introdução do Novo Ensino Médio a partir do uso dos materiais didáticos: 1- ensino remoto emergencial⁸ em decorrência da pandemia de SARS-COV 2 (2020-2021) e o ensino presencial (2021).

Na universidade, durante as disciplinas citadas acima com ênfase na antropologia e educação foi perceptível ao longo do ensino remoto a dificuldade de se compreender o que se estava por vir quanto aos livros didáticos. Os professores seguiam, de forma em geral, o Currículo Mínimo de Sociologia de 2012⁹ que se divide em temática distribuídas ao longo dos três anos, a saber:

1º Ano do Ensino Médio/Sociologia	1ºBimestre	2ºBimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
	O conhecimento sociológico	Cultura e diversidade	Cultura e identidade	Preconceito e discriminação

⁸ Corresponde ao modelo de ensino conforme a Resolução CEPEX nº 160/2020, de 14 de agosto de 2020, que regulamenta o ensino remoto emergencial, em caráter excepcional e temporário, nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal Fluminense em decorrência da Pandemia de SARS-COV 2. O ensino ocorreu, à distância, a partir do uso das ferramentas: Glassroom e via Meet.

⁹ O primeiro Currículo Mínimo da SEEDUC-RJ data do ano de 2011 frente à proposta de um programa curricular que por sua vez tornava o conhecimento de Sociologia organizado em um mínimo de temáticas, teorias e conceitos centrais, por outro lado, apresentou também dilemas e desafios frente a construção e execução desta política pública educacional (PAIVA et al, 2012).

2º Ano do Ensino Médio/Sociologia	1ºBimestre	2ºBimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
	Cidadania, direitos humanos e movimentos sociais	Trabalho, sociedade e capitalismo	Relações de trabalho	Estratificação e desigualdade

3º Ano do Ensino Médio/Sociologia	1ºBimestre	2ºBimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
	Cultura, consumo e comunicação de massa	Poder, política e estado	Cidadania, democracia e participação política	Formas de violência e criminalidade

Quanto aos livros didáticos os professores do Ensino Médio que obtivemos contato, seis ao total, diziam utilizar os livros aprovados pelo PNLD 2018, mas procuravam costurar como dar sentido a este conjunto currículo diante de duas mudanças centrais: 1- Uma vez mudado a ferramenta de ensino que não permitia a interação com os estudantes, mas postagens; 2- Um outro ponto central está na ferramenta que para muitos foi imposta: o *Applique-se*¹⁰, aplicativo de ensino remoto da rede estadual fluminense que visava oferecer aos estudantes e professores conteúdos digitais tais como videoaulas, podcasts, vídeo conferência, chat e material de apoio para estudos e atividades não apenas para os ensino fundamental, médio e Educação para Jovem e Adultos (EJA). Contudo, os estudantes do estágio não puderam acessar a sala de aula on-line. Os estudantes da UFF vivenciaram durante o ano de 2020 e 2021 o ensino emergencial, mas quanto aos estágios não puderam fazer parte das turmas via aplicativo da SEEDUC-RJ. É somente no segundo semestre de 2021 que os estágios, no segundo semestre, devido ao avanço da vacinação, passaram a ser permitidos, porém não obrigatório presencialmente. É no ano de 2022 que os estudantes puderam vivenciar o estágio presencialmente e, a partir dele, a inserção do Novo Ensino Médio, onde os professores de Sociologia estão seguindo em parte, somente

¹⁰ [Applique-se \(seeduc.rj.gov.br\)](http://seeduc.rj.gov.br). Dentre os materiais de Sociologia via podcast pode ser acessado por [ISOCIOLOGIA \(applique.se.rj.gov.br\)](http://sociologia.applique.se.rj.gov.br) que segue em torno de 10 minutos à 15:26 focando no senso comum, ciência, no conceito de imaginação sociológica, processo de socialização, cultura focando no etnocentrismo e identidade, no 2º bimestre do primeiro ano. Acesso em 20 de julho de 2022.

a partir do segundo ano e terceiro ano, os livros didáticos de Sociologia via Currículo Mínimo.

No ano de 2022, no primeiro semestre, os estudantes do estágio junto aos professores do Ensino Médio puderam vivenciar a inserção do Novo Ensino Médio na rede estadual. O desafio maior está frente ao 1º Ano devido à ausência da disciplina. Os profissionais de Sociologia passaram a ministrar eletivas (tais como Ciências humanas e cinema, letramento midiático, dentre outras) e Projeto de Vida.

Curiosamente, muito dos professores não dispunham de material didático em 2022 devido à diferentes motivos: 1- A distribuição desigual dos livros didáticos nas escolas marcada pela ausência ou pela distribuição parcial de algumas obras; 2- Em alguns momentos, eram os estagiários via aulas da licenciatura que apresentavam as obras aos docentes do Ensino Médio. Para melhor exemplificação, alguns livros não trazem a discussão sobre alguns conceitos que a Antropologia traz ao debate educacional que podem contribuir para as reflexões críticas: cultura, identidade, etnocentrismo cultural, relativismo cultural, preconceito, racismo, diversidade cultural, relações étnicas-raciais, conflitos, alteridade para citar alguns.

Algumas das obras do PNLD Ciências Humanas e Sociais Aplicadas trazem curiosidades sobre as civilizações antigas. Quanto a esta questão não vemos o problema em citá-las a questão é quando se apresenta, muito das vezes, dando a entender a um olhar de “povos exóticos” frente ao desenvolvimento da ciência via o desenvolvimento de instrumentos que favoreceram as grandes navegações como a bússola e quando se foca na forma como estes povos observam e descrevem seus deuses sem apontar a importância da alteridade e diversidade. A outra questão observadas é a distância espacial e temporal entre os povos e suas culturas, uma ausência em compreender a existência e/ou a resignificação de alguns povos na contemporaneidade. Neste sentido, soma-se também o fato de algumas destas obras (ainda em levantamento da pesquisa) não trazer a presença de intelectual das Ciências Social/Sociologia. Há muito dos livros didáticos do PNLD 2021 escrito por graduados em artes, Ciência Jurídica, Pedagogia, Administração para citar alguns. Sem a citação de conceitos acima chaves para compreensão da relação entre o homem e a cultura. Algumas vezes, ambos conceitos se apresentam nas atividades, mas sem o preparo conceitual ao longo do texto.

Os materiais didáticos devem conter e provocar reflexões na vida visando o não distanciamento entre dos discentes de modo que eles possam ser compreendidos e atribuírem sentidos no processo de ensino e aprendizagem. Os recursos didáticos como os livros não devem se distanciar dos estudantes (CANDAUI, 2012).

Uma vez que o livro didático pode ser ministrado por qualquer outro profissional é questionável como conceitos, teorias e temas de grande relevância às Ciências Sociais sobretudo da Antropologia sob o risco de “esvaziamento” no ensino-aprendizagem.

O presente trabalho ainda se apresenta diante de muitas inquietações e reflexões e dúvidas acerca da implementação do Novo Ensino Médio e a BNCC e, conseqüentemente, o espaço e desafios da Sociologia escolar e da presença antropológica da educação neste novo contexto.

A Antropologia vai à escola? “Abrindo” as Considerações Finais

Ao ir à escola a Antropologia revela um espaço democrático das Ciências Sociais/Sociologia. Como ciência, ela contribui para explicar e compreender as diferenças e análises do processo formativo, em termos pedagógicos e didáticos, no ensino da Sociologia escolar. Os fundamentos teóricos, epistemológicos, teóricos, pedagógicos da aprendizagem da Antropologia trazem abordagens centrais para que os estudantes percebam a cultura do outro em diferentes contextos, escolares e não escolares. Ela favorece ao docente a construção de metodologias ao pensar a complexidade das relações históricas construídas entre os homens e por sua natureza, buscar compreender o outro diferente de si, dialogar com outras formas de conhecimento, tendo por base um pressuposto central: a cultura, a relação entre os homens e a construção dos saberes (DAUSTER, 2015; MOTTA, 2009; GUSMÃO, 1997).

O PNLD 2021 se apresenta como condizente com as diretrizes estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC, 2018) que, como vimos, foi aprovado após a Reforma do Ensino Médio por meio da Lei no 13.415/2017. Se a BNCC está repleta por um discurso racional empresarial e neoliberal (PEREIRA, 2020) ela se faz presente, responsável, por “diluir” e/ou “fragmentar” disciplinas em grandes áreas do conhecimento.

As observações acima nos levam a três pontos que buscaram nortear este trabalho, mas não finalizá-lo e suas complexidade: 1- A importância de contexto da Antropologia

e Educação; 2- A relevância da Antropologia e educação via metodologia de pesquisa; e 3- A necessidade de resistência neste novo cenário.

Contudo, para eficácia deste diálogo, é preciso meios de resistência para a presença dos conceitos, teorias e temas das Ciências Sociais nos materiais didáticos do Novo Ensino Médio uma vez que a abordagem da Antropologia é um elo fundamental na Sociologia escolar estabelecendo contribuições ao material apresentado.

Programas de apoio à docência e o estágio supervisionado obrigatório da licenciatura em Ciências Sociais podem contribuir para a presença da Antropologia nas discussões diversas apresentadas nos livros didáticos do Novo Ensino Médio frente às eletivas e Projeto de vida selecionados, de forma diversa, nas escolas. É preciso dar sentido a um novo currículo que se apresenta, criticamente, em um “Novo”, mas que nasce “Velho” Ensino Médio por manter a distância e acentuar a desigualdade de conhecimento sem considerar as diferenças de classes sociais e instituições.

A Antropologia contribui para problematizarmos à formação docente uma vez que contribui para desenvolver a docência articulada à produção de conhecimento sobre educação.

A Antropologia contribui, fundamentalmente, para pensarmos os desafios postos para a educação frente à diversidade da vida cultural reafirmando, assim, a importância da ida do conhecimento antropológico à escola.

Referências Bibliográficas

BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2013.

_____. O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Memória dos anos sessenta. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 377-407, set./dez. 2017 <https://www.scielo.br/j/ha/a/JXKXLMzzHtJCsDBJ74gqndF/?lang=pt&format=pdf>

CARVALHO, Silvia Maria Schmuziger de; RAVAGNANI, Oswaldo Martins.; LAUAND, Najla. A. A antropologia e os dilemas da educação. Perspectivas, São Paulo, 3, 29-50, 1980. [Antropologia e os dilemas da educação \(unesp.br\)](http://unesp.br)

CONSORTE, Josildeth Gomes. “Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo”. In. mesa “O singular e o universal nos estudos de comunidades na IV Jornada de Ciências Sociais: Jornada de Estudos Octavio Ianni, Marília: UNESP, São Paulo, 1992.

DAUSTER, Tânia. Um diálogo sobre as relações entre etnografia, cultura e educação – representações e práticas. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.21, n.44, p. 39-56, jan./abr. 2015.

DAUSTER, Tania; TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar (orgs.). *Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 117-122, jan./jun. 2012.

DAYRELL, Juarez. A escola faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007 [A escola faz as juventudes Reflexoes em torno da s \(2\).pdf](#)

GEERTZ, Clifford, 1926- A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLADWIN, Thomas. *American Anthropologist*, vol. 57, no. 1, 1955, pp. 177–79. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/665831>. Accessed 18 Aug. 2022.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. *Cadernos CEDES*, v. 18, n. 43, 1997. p. 8-25. Disponível em: < [SciELO - Brasil - Antropologia e educação: Origens de um diálogo Antropologia e educação: Origens de um diálogo](#)>. Acesso em 18/08/2022.

HERRMANN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. *Revista de Administração*, a. II, n. 5-6, p. 1-326, março-junho de 1948.

IANNI, Octávio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. In. O Trabalho foi apresentado à V Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em junho de 1961, em Belo Horizonte. Disponível em [Vista do Estudo de comunidade e conhecimento científico \(usp.br\)](#)

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015. <https://www.scielo.br/j/ha/a/fGyCC7jgq7M9Wzdsv559wBv/?lang=pt&format=pdf>

INGOLD, Tim. *Antropologia e/como educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; FONTOURA, Helena Amaral da. *Etnografia e educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. Etnografias nas escolas: duas décadas de pesquisa sobre o fracasso escolar no ensino fundamental. In. MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães

de; FONTOURA, Helena Amaral da (Orgs.) Etnografia e educação. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 11-30.

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. Série Debates – Antropologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de et al. Currículo Mínimo 2011: considerações sobre um currículo de Sociologia para a educação básica. In. HANDFAS, Anita e MAÇAIRA, Julia Polessa (Orgs.) Dilemas e Perspectivas da Sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

PEREIRA, J. C. Educação e cultura no pensamento de Franz Boas. Ponto-e-vírgula, São Paulo, v. 10, p. 101-118, 2011

[ART Pereira 2011 Educação e cultura no pensamento de Franz Boas - ; ponto-e-vírgula, 10: 101-118, - StuDocu](#)

PIERSON, Donald. Cruz das Almas, a brazilian village. Washington: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, publicação n. 12, 1951.

PEREIRA, Gislaíne dos Santos. BNCC e o futuro da Sociologia no Ensino Médio - uma análise comparativa. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p. 141-162, 2020. Disponível em <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/268>. Acesso em 4 jun. 2022.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. O campo, o museu e a escola: antropologia e pedagogia em Franz Boas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, v. 49, pp. 61-88, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CQjtsdJk3vqngPMCB8xLwrM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CANDAU, Vera Maria. A Didática em Questão. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

VIEIRA, Karina Augusta Limonta. Educação como tradição: a relação adulto e criança na antropologia culturalista de Margaret Mead e Ruth Benedict. Revista Zero_a _seis, v. 21, n. 39 p. 120-135 | jan-jun 2019.

WILLEMS, Emílio. Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil, São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, 1947.

WULF, Christoph. Antropologia da educação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.